



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS**

**ESTRATÉGIA POLÍTICA ANUAL DA COMISSÃO EUROPEIA
PARA 2008**

RELATÓRIO E PARECER

I – Enquadramento legal

Nos termos dos nºs 1- e 2- a) do Artigo 6º da Lei nº 43/2006, de 25 de Agosto, a dos Comissão de Assuntos Europeus (CAE) é a comissão parlamentar especializada permanente para, sem prejuízo da competência do plenário da A.R. e das outras comissões especializadas, apreciar a Estratégia Política Anual da Comissão Europeia (CE), para 2008.

A CE remeteu à A.R. a sua comunicação sobre o tema em apreço a qual, pela sua manifesta importância e depois de, sobre a mesma, nesta Comissão, ter sido ouvida a Chefe da Representação Permanente da Comissão Europeia em Portugal, é ponderada e apreciada do modo seguinte.

II – Considerações gerais

A Estratégia Política Anual para 2008 (EPA 2008) é apresentada pela CE e por nós apreciada num período de grandes dificuldades e de grandes desafios para a União Europeia (EU), dos quais, certamente o maior, é a solução para o impasse em que caiu o Tratado Constitucional depois dos NÃO da França e da Holanda.

Sendo a questão do Tratado uma questão maior, a verdade é que os desafios que a Globalização coloca à Europa, o mais recente alargamento e a questão da Turquia, o financiamento da União, as questões relacionadas com a segurança e a defesa da Europa e toda a problemática relacionada com a sua evolução demográfica, fortemente influenciada quer pelo envelhecimento da população europeia quer pelas migrações, fazem com que este seja um momento muito delicado para o processo de construção europeia que exige dos responsáveis políticos muita lucidez, muita ponderação, muita imaginação, muita comunicação e interacção permanentes entre os responsáveis institucionais da EU e os responsáveis dos Estados-membros.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

A CE apresentou a sua EPA 2008, coerentemente com os objectivos estratégicos que definiu para o seu mandato e na convicção, reafirmada nesta EPA 2008, que eles permitirão responder ao desafio da Globalização e preparar os europeus para o futuro; *quod erat demonstrandum*. Na verdade, a dinâmica - se não mesmo aceleração das mudanças - em áreas decisivas como a economia, a investigação, o social é tal que as respostas estratégicas que a CE preparou há 3 anos deixam dúvidas em muitos espíritos se serão as mais adequadas e as melhores; isto apesar do razoável comportamento da economia europeia nestes anos mais recentes e de importantes dossiers terem sido ultrapassados com sucesso, como foram a Directiva de Serviços e as Perspectivas Financeiras 2007-2013 (este com muita dificuldade).

E é certo que, nesta EPA para 2008, já discutida, aliás, no Parlamento Europeu em Fevereiro passado, a CE define e enfatiza um conjunto de acções prioritárias e um aumento do quadro geral dos recursos humanos e financeiros (de que adiante se falará) com os quais prevê enfrentar os desafios e as dificuldades actuais da UE. Aliás, o Presidente da CE tem referido, repetidamente, em intervenções públicas, não só as dificuldades da Europa mas também a sua própria “ambição e realismo” para superar o momento actual. Mas a verdade é que, enquanto a questão do Tratado Constitucional não for resolvida, enquanto não houver um instrumento jurídico-político capaz de assegurar mecanismos claros, eficazes e seguros para responder às dificuldades e garantir a necessária força, estabilidade e o rumo da União, será sempre difícil e incerto enfrentar a evolução acelerada destes últimos três anos e as mudanças verificadas neste período (e as que se perspectivam), quer no plano da conjuntura política interna de alguns Estados-membros, quer no plano da UE propriamente dito, quer finalmente no plano da conjuntura política internacional.

A Estratégia Política Anual para 2008 é um documento de orientação estratégica, cujas medidas nele previstas se dirigem aos cerca de 450 milhões de europeus que vivem e trabalham no espaço comum europeu; pelo menos é pressuposto que assim seja e que este seja também um instrumento que contribua para construir a Europa dos cidadãos e para fortalecer a UE e o processo de construção europeia.

A dificuldade e a complexidade políticas no espaço europeu são consabidas. Daí que podendo ser fácil, no plano teórico, alvitrar soluções e alternativas, no plano prático, da realidade concreta, quaisquer soluções e reformas previstas (a Estratégia de Lisboa renovada para o Crescimento e Emprego, a Agenda Social, a revisão do Orçamento Comunitário, por exemplo), num quadro de democracia, de liberdade, de economia aberta e de livre opinião como a que existe na Europa, só serão possíveis com muita cooperação entre as instituições da EU, entre estas e as instituições dos Estados-membros e entre estes e com boas lideranças e vontade política forte e decidida de as concretizar.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

E assim é que a cooperação, aquela que diz respeito por exemplo à Cooperação Territorial Europeia, enquanto importante instrumento ao serviço da coesão, do equilíbrio e da sustentabilidade do desenvolvimento de todo o território comunitário, por ser muito relevante, afigura-se nos insuficientemente tratada nesta EPA 2008. Com efeito, teria sido importante sublinhar, reforçar e priorizar, como, aliás, recomendou o Conselho através da sua decisão de 6 de Outubro de 2006, a necessidade de promover mais intensamente a cooperação transfronteiriça, a cooperação transnacional e a inter-regional, justamente por mor dos mais recentes alargamentos e, como foi salientado naquela decisão, porque as fronteiras nacionais ainda constituem um obstáculo ao pleno e equilibrado desenvolvimento de todo o espaço europeu, podendo mesmo limitar o seu potencial de competitividade.

Finalmente, a operacionalidade de qualquer documento estratégico, como o que aqui temos presente e estamos a apreciar, afere-se pela afectação dos recursos financeiros disponíveis. Acontece que, embora tenham sido definidas e descritas, com minúcia e pormenor, as acções prioritárias e explicadas as respectivas razões e fundamentos, a afectação dos recursos financeiros às prioridades (afectação cujo montante é muito diferente de prioridade para prioridade) não teve o mesmo grau de explicação e fundamentação. E, salvo melhor opinião, deveria tê-lo, para podermos fazer correctas e aprofundadas análises comparativas e aferir da completa validade e operacionalidade substantiva desta EPA 2008.

III – A estratégia Política Anual para 2008

1. As acções prioritárias em 2008

PRIORIDADES TRANSVERSAIS

A CE apresentou três grandes PRIORIDADES TRANSVERSAIS, a saber: a luta contra as alterações climáticas; a Estratégia de Lisboa renovada para o Crescimento e o Emprego; e as migrações. A CE entende que estas prioridades, sendo centrais para 2008, estão presentes nos quatro principais objectivos estratégicos da Comissão (PROSPERIDADE, SOLIDARIEDADE, SEGURANÇA e LIBERDADE e REFORÇO DO PAPEL DA EUROPA NO MUNDO), mas não dizem respeito apenas a 2008 e, aliás, projectam-se no futuro.

Nesta EPA 2008 a CE trouxe, assim, para a primeira fila das suas preocupações e prioridades, a luta contra as alterações climáticas e uma energia sustentável, segura e competitiva, para garantir prosperidade e crescimento sustentável. Neste entendimento, a CE inclui medidas para a criação de uma rede europeia de gás e de electricidade, medidas para promover a eficiência



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

energética e a energia sustentável, a revisão do sistema de reservas petrolíferas da EU para reforçar a solidariedade entre os Estados-membros no domínio energético, medidas para dar seguimento ao Plano Estratégico Europeu para as Tecnologias Energéticas e disposições destinadas a fazer cumprir as regras da concorrência a do mercado interno no sector da energia. Do mesmo modo, a CE compromete-se a diligenciar a nível mundial no sentido de reduzir as emissões de CO₂ para além de 2012, isto é, para além de Quioto.

Trouxe também a **Estratégia de Lisboa renovada para o Crescimento e Emprego** apontando-a como um programa destinado a promover a prosperidade, a qualificação ambiental, a inserção social, numa lógica coerente de parcerias entre os Estados-membros e no respeito pelas especificidades e pelo estágio de desenvolvimento de cada País, sendo que 2008 será o ano em que se verificarão os primeiros resultados da aplicação da Estratégia no que respeita às políticas de coesão e de desenvolvimento rural.

Finalmente e como tema comum e transversal aos quatro objectivos prioritários supra referidos, a CE tratará a **gestão dos fluxos migratórios para a EU**, apresentando duas propostas legislativas sobre a migração de mão-de-obra, que abordarão as condições de entrada e de residência dos trabalhadores sazonais e dos estagiários remunerados no espaço da EU. A CE proporá ainda medidas que favoreçam uma política comum de migração e medidas destinadas a criar um sistema de asilo europeu comum até 2010. A CE compromete-se ainda a trabalhar num programa de acção que “conjugue migração e desenvolvimento, em especial no que se refere a África”.

PROSPERIDADE

O objectivo estratégico Prosperidade será alcançado, no entender da CE, mediante a concretização das seguintes principais acções previstas para 2008:

- Elaboração de um relatório estratégico e de acompanhamento do primeiro ciclo da Estratégia de Lisboa;
- Aplicação e acompanhamento das medidas nas áreas da energia e climatéricas;
- Lançamento de acções para criar uma rede europeia de gás e electricidade;
- Iniciativas de acompanhamento do Plano Estratégico Europeu para as Tecnologias Energéticas;
- Revisão do sistema de reservas petrolíferas da UE;
- Plano de acção para os transportes urbanos para os tornar mais ecológicos;
- Proposta legislativa para limitar as emissões de óxido de azoto dos transportes aéreos;
- Livro Branco sobre o Espaço Marítimo Europeu, para promover os transportes marítimos;
- Acções de reforço das agências competentes em matéria de segurança dos transportes;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

- Directivas relativas à migração de mão-de-obra: condições de entrada e de residência dos trabalhadores sazonais e dos estagiários remunerados;
- Criação de agências de execução para operacionalizar o Conselho Europeu de Investigação;
- Acções preparatórias para operacionalizar o Instituto Europeu de Tecnologia;
- Propostas legislativas para efectivar a revisão do Mercado Único;
- Acompanhamento da nova estratégia da patente europeia;
- Proposta para autorizar as empresas a utilizarem uma matéria colectável comum consolidada do imposto sobre as sociedades para as suas actividades na EU;
- Análise da estratégia da União Económica e Monetária e propostas para melhorar o seu funcionamento;
- Legislar para reforçar a protecção dos consumidores;
- Desenvolver iniciativas destinadas a efectivar a política marítima europeia.

A CE sublinha, assim, como fundamental para se atingir o objectivo PROSPERIDADE, em 2008, a luta contra as alterações climáticas e adaptação aos seus efeitos, o desenvolvimento de uma política energética comum e a execução da Estratégia de Lisboa.

SOLIDARIEDADE

Este objectivo estratégico será prosseguido em 2008, pela CE, implementando as seguintes principais acções:

- Estabelecer compromissos, para além de 2012, de redução das emissões de CO₂ na EU;
- Iniciativas destinadas a favorecer a adaptação aos desafios ambientais;
- Aplicação da legislação REACH e lançamento das actividades da Agência Europeia dos Produtos Químicos, em Helsínquia;
- Comunicação sobre a Vigilância Global do Ambiente e da Segurança;
- Apresentação da revisão geral das reformas da PAC de 2003-2004;
- Aplicação de uma organização comum de mercado única no sector agrícola;
- Reformulação profunda do quadro de controlo e de aplicação da Política Comum de Pesca;
- Execução do Fundo Social Europeu e do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização;
- Propostas para clarificar a aplicação do direito comunitário aos serviços sociais;
- Iniciativas para modernizar a legislação laboral europeia, em especial a flexigurança;
- Iniciativas para combater a discriminação fora do mercado de trabalho;
- Iniciativa para conciliar a vida familiar e a profissional;
- Balanço dos resultados da política de Coesão 2000-2006;
- Propostas relativas à protecção consular dos cidadãos da EU;
- Defesa dos direitos da criança pelo Fórum sobre os Direitos da Criança;
- Programa de protecção das crianças que utilizem a Internet e os novos media;
- Plano de acção da EU de luta contra a droga;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

- Plano relativo à política de asilo;
- Proposta legislativa no domínio das sucessões e dos testamentos;
- Comunicação sobre as penhoras de contas bancárias;
- Estratégia para promover o multilinguismo, em colaboração com os Estados-membros;
- Acções no âmbito do Ano Europeu do Diálogo Intercultural.

Estas medidas, variadas mas inter ligadas e que vão desde o ambiente ao Diálogo intercultural e multilinguismo, passando entre outras pela política da coesão pretendem reforçar o espírito de SOLIDARIEDADE na União, bem como com o mundo exterior e as gerações futuras.

SEGURANÇA E LIBERDADE

Para a prossecução deste objectivo estratégico, a CE definiu para 2008 como objectivo fundamental a garantia da livre circulação de pessoas no espaço da UE. Além disso, estabeleceu as seguintes principais acções:

- Aplicação da segunda geração do Sistema de Informação Shengen (que tem uma valiosa contribuição de concepção técnica portuguesa) e que permite a outros Estados-membros integrarem o espaço Shengen;
- Novas medidas para gerir as fronteiras externas da EU;
- Lançamento do Sistema (comum) de Informação sobre Vistos;
- Criação de uma base de dados centralizada de impressões digitais;
- Lançamento de uma política para enfrentar a radicalização violenta;
- Reforço de cooperação entre os Estados-membros, através do EUROJUST;
- Reforço de mecanismos de Protecção Civil;
- Recomendação sobre a segurança dos pacientes e a qualidade dos serviços de saúde;
- Garantia do cumprimento das normas comunitárias em matéria de segurança alimentar, saúde e bem-estar dos animais e sanidade vegetal;
- Criação de legislação que permita à Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos avaliar os riscos para a saúde do consumo de produtos destinados à alimentação humana e animal geneticamente modificados;
- Revisão do quadro jurídico para os produtos farmacêuticos;
- Modernização da legislação relativo aos actos médicos;
- Iniciativa na área da telemedicina, para o tratamento de doenças crónicas;
- Desenvolvimento de infra-estruturas para a preparação de situações de crise no domínio da saúde e da segurança;
- Iniciativa para a protecção das infra-estruturas de comunicação e de informação vitais;
- Iniciativa sobre a privacidade e a confiança na sociedade de informação.

Como se disse supra, o principal objectivo nesta prioridade é a conclusão da segunda geração do Sistema de Informação de Shengen (SIS II), instrumento fundamental para garantir a livre circulação de pessoas no espaço europeu e que vai permitir que outros Estados-membros integrem o espaço Shengen a partir de 2008.



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS
EUROPA COMO PARCEIRO MUNDIAL**

Este é outro dos objectivos estratégicos da CE fixados no início do seu mandato. É também um objectivo essencial, na medida em que com ele se pretende “agir no mundo com uma voz forte e unida, assente nos nossos valores e objectivos comuns”. Para tanto, a CE entende fazer uso de uma Política Externa e de Segurança Comum (PESC), de uma Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD), de uma política comercial comum, da política de desenvolvimento, da ajuda humanitária e da dimensão externa das políticas internas; tudo numa lógica em que, cada vez mais, as relações entre as políticas internas e externas estão a tornar-se cada vez mais estreitas, no dizer da CE.

Várias são as principais acções previstas para 2008, nomeadamente:

- Continuação das negociações com a Croácia e a Turquia;
- Definição do estatuto do Kosovo;
- Implementação da rede de acordos de estabilização e de associação existentes;
- Novo acordo com a Rússia;
- Conclusão de um acordo reforçado com a Ucrânia;
- Conclusão de Acordos de Parceria e Cooperação com a Arménia, o Azerbaijão, a Geórgia e a Moldávia;

- Intensificação das relações com a Argélia, a Bielorrússia, a Líbia e a Síria;
- Continuação do apoio da EU para o processo de paz no Médio Oriente e à Autoridade Palestiniana;

- Conclusão das negociações de Doha sobre o desenvolvimento;
- Dar seguimento aos resultados da cimeira EU-UA de 2007;
- Aplicação dos Acordos de Parceria Económica e do 10º Fundo Europeu de Desenvolvimento;

- Intensificação da cooperação com os países do ACP e outros países em desenvolvimento;

- Dar seguimento aos resultados da cimeira UE-EUA de 2007 reforçar as relações com os E. U. da América;

- Concluir acordos com a China e a Índia, parceiros estratégicos da EU, bem como com outros parceiros da Ásia e da América Latina;

- Efectuar um reexame das relações com o Brasil;

- Reforçar a cooperação com os principais países produtores, de trânsito e consumidores de energia;

- Prosseguir o compromisso da UE com o Afeganistão e para a estabilidade no Golfo (Irão e Iraque).

LEGISLAR MELHOR

Esta é uma preocupação da CE e por ela intitulada de “Central”. O que a CE se propõe é encontrar mecanismos de simplificação e de melhoria do enquadramento regulamentar



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

para os cidadãos e para as empresas comunitárias, de tal modo que em 2008 será realizado um programa de acções destinado a eliminar encargos administrativos desnecessários que resultam da legislação da UE e dos Estados-membros, bem como um programa de simplificação.

MELHORIA E PRIORIDADES PARA A COMUNICAÇÃO EM 2008

A CE continua a considerar que a comunicação com os cidadãos sobre as questões europeias é “uma tarefa crucial”. Este entendimento da CE é unanimemente partilhado por todos. Daí que a CE se comprometa a dedicar esforços para que os seus serviços em Bruxelas, nas Representações nos Estados-membros e nas Delegações da CE em países terceiros priorizem, aumentem e melhorem a comunicação com os cidadãos, nomeadamente nas seguintes áreas de actuação da Comissão:

- Revisão do Orçamento;
- Revisão do Mercado Único;
- Análise da realidade social;
- Migrações;
- Solução para a questão institucional;
- Energia e alterações climáticas;
- Papel da UE no mundo.

Apesar de dar prioridade a estas áreas, a UE continuará a reforçar as suas iniciativas para melhorar a sua comunicação com os cidadãos em todas as outras.

2. Quadro geral dos recursos humanos e financeiros para 2008

A CE, em virtude do alargamento, previu a necessidade de aumentar os efectivos em 3960 pessoas entre 2003 e 2008. Destes, a CE solicitará os últimos 640 em 2008 e mais 250 por causa da adesão da Roménia e da Bulgária. A CE propõe-se tomar algumas medidas nesta área da sua actuação, como sejam: a reafectação de pessoal, a abertura e modernização de delegações e o reforço da rede existente, a devida atenção à auditoria, a reorientação para as prioridades das economias dos recursos humanos resultantes da externalização de serviços, a afectação de recursos humanos às quatro prioridades políticas (prosperidade, solidariedade, segurança e projecção externa).

Os recursos financeiros afectos à EPA 2008 são os segundos maiores no âmbito das perspectivas financeiras 2007-2013, existindo uma dotação financeira para 2008 de 48,3 milhões de euros, dos quais 9,8 serão afectos à rubrica PROSPERIDADE, 2,0 à rubrica SOLIDARIEDADE, 13,4 à rubrica SEGURANÇA e 23,1 à rubrica RELAÇÕES EXTERNAS E DESENVOLVIMENTO, sendo que, nesta rubrica, 19,5 milhões de euros se destinam a duas novas iniciativas relacionadas com alterações climáticas e energia renovável e a saber: “ Global Climate Policy Alliance” e o reforço do Fundo Mundial para a Eficiência Energética e as Energias Renováveis, aquela que tem como objectivo apoiar as actividades de adaptação e de luta contra as alterações climáticas nos países em desenvolvimento, esta que é um mecanismo de financiamento público-



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

privado destinado a mobilizar financiamento privado a favor de projectos de eficiência energética e de energias renováveis em países em desenvolvimento e em economias em transição.

3. Relatórios das Comissões Especializadas da A.R.

A Comissão de Educação, Ciência e Cultura produziu um extenso e bem elaborado relatório sobre a EPA 2008, sublinhando em especial as acções propostas pela CE que se relacionam com a aprendizagem ao longo da vida, com a investigação e desenvolvimento tecnológicos e com a promoção do multilinguismo e da dimensão intercultural para se atingir os objectivos estratégicos PROSPERIDADE e SOLIDARIEDADE.

IV – CONCLUSÕES

1. A EPA para 2008 é um documento que define e desenvolve explicativamente as acções prioritárias que a CE se propõe desenvolver no período em apreço, bem como o quadro geral de recursos humanos e financeiros para as operacionalizar;
2. Tais acções e recursos, no dizer da CE, são o desenvolvimento lógico e coerente das suas propostas e da sua política com vista a alcançar os principais objectivos estratégicos fixados no início do seu mandato: Prosperidade, Solidariedade, Segurança e Liberdade e Reforço do Papel da Europa no Mundo;
3. A CE considerou, em primeiro lugar e além daquelas prioridades estratégicas do seu mandato, as seguintes prioridades a que chamou de transversais: a luta contra as alterações climáticas e uma energia sustentável e segura; a Estratégia de Lisboa renovada para o Crescimento e o Emprego; e as Migrações. Uma melhor Regulamentação, bem como a melhoria da Comunicação com os cidadãos em 2008, também foram prioridades da CE;
4. O documento em apreço é, assim, uma parte de um todo estratégico com o qual a CE pretende enfrentar os desafios do alargamento, da Globalização e que preparará os europeus para o futuro;
5. Sendo importantes e decisivos os desafios em apreço, os quais naturalmente influenciam as prioridades e as acções da CE, a questão do Tratado Constitucional é uma questão maior e fundamental para o rumo da Europa e para o processo de construção europeia;
6. A cooperação, em especial a Cooperação Territorial Europeia, deve ser promovida enquanto instrumento ao serviço da Coesão, do equilíbrio e do desenvolvimento de todo o território comunitário, tal como recomendou o Conselho na sua decisão de 6 de Outubro de 2006;



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS**

7. A afectação ás prioridades dos recursos financeiros disponíveis (num total de 48,3 milhões de euros para 2008) deveria ter sido melhor e mais detalhadamente explicada nesta EPA 2008;

8. Saúda-se a intenção da CE de melhorar a comunicação com os cidadãos em 2008 e de trabalhar em parceria com as outras instituições europeias e com os Estados-membros, numa lógica acompanhada e articulada de trabalho e de execução das acções .

IV – PARECER

Considerando e relevando as considerações, a apreciação e a exposição supra, bem como o relatório anexo da comissão especializada referida, a ESTRATÉGIA POLÍTICA ANUAL DA COMISSÃO EUROPEIA PARA 2008 encontra-se em condições regimentais e legais de ser agendada para ser apreciada pelo Plenário da Assembleia da República.

Lisboa, 2007-06-17

O Deputado

Armando França